

Juventude e formação profissional no Instituto Federal Baiano - Campus Valença – Bahia: há lugar para os jovens do campo?

Youth and Professional Training at the Federal Institute Baiano - Valença Campus – Bahia: is there room for rural youth?

Micheline Santos de Jesus
Instituto Federal Baiano – (IFBAIANO),
Valença, BA, Brasil.

Luiz Paulo Oliveira
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB),
Cachoeira, BA, Brasil.

Ana Cristina Nascimento Givigi
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB),
Amargosa, BA, Brasil.

Informações do artigo

Recebido em 31/07/2026

Aceito em 05/08/2026

doi>: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2026.n267.p153-193>

Copyright (c) 2026 Micheline Santos de Jesus; Luiz Paulo Oliveira; Ana Cristina Nascimento Givigi.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Você é livre para:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer meio ou formato.

Adaptar — remixar, transformar e construir sobre o material para qualquer finalidade, mesmo comercialmente.

Como ser citado (modelo ABNT)

JESUS, Micheline Santos de; OLIVEIRA, Luiz Paulo; GIVIGI, Ana Cristina Nascimento. Juventude e formação profissional no Instituto Federal Baiano - Campus Valença – Bahia: há lugar para os jovens do campo?

Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades. Salvador/Recife, v. 51, n. 267, p. 153-193, jan./abr. 2026.
DOI: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2026.n267.p153-193>

Resumo

Este artigo tem como objetivo compreender as demandas, experiências e perspectivas de jovens estudantes dos cursos técnicos integrados em Agropecuária e Agroecologia do Instituto Federal Baiano, Campus Valença, em relação ao direito à educação, à formação profissional e à inserção no mundo do trabalho, considerando as especificidades do Território de Identidade do Baixo Sul da Bahia. A fundamentação teórica apoia-se nos estudos sobre juventudes, educação profissional e educação do campo, compreendendo os jovens como sujeitos sociais e de direitos, inseridos em contextos marcados por desigualdades territoriais, educacionais, raciais e socioeconômicas. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa exploratória, de abordagem quantitativa e qualitativa, realizada em 2024 com 23 jovens estudantes do ensino técnico de nível médio, mediante a aplicação de questionários estruturados e entrevistas semiestruturadas. Os dados indicam a baixa presença de jovens oriundos de comunidades rurais nos cursos investigados, embora a formação oferecida pelo IFBaiano amplie o contato dos estudantes com questões agrárias, ambientais, sociais e territoriais. Constatou-se, ainda, que os jovens estudantes valorizam o IF Baiano como espaço de ampliação do capital escolar, projetam a continuidade dos estudos e o ingresso no ensino superior, mas também expressam preocupação com o trabalho, a autonomia financeira e a estabilidade profissional. Conclui-se que a educação profissional articulada à Educação do Campo pode fortalecer trajetórias juvenis e contribuir para a transformação social, desde que acompanhada de políticas públicas que assegurem o acesso, a permanência e a inserção qualificada dos jovens do campo no território.

Palavras-chave: Juventude do campo; formação profissional; IFBaiano; Baixo Sul da Bahia.

Abstract

This article aims to understand the demands, experiences, and perspectives of young students enrolled in the integrated technical courses in Agriculture and Agroecology at the Federal Institute of Bahia, Valença Campus, regarding the right to education, professional training, and entry into the labor market, considering the specificities of the Baixo Sul da Bahia Identity Territory. The theoretical framework is based on studies of youth, vocational education, and rural education, recognizing young people as social subjects and rights holders, embedded in contexts marked by territorial, educational, racial, and socioeconomic inequalities. Methodologically, this is an exploratory research with both quantitative and qualitative approaches, conducted in 2024 with 23 young students from secondary-level technical education, through the application of structured questionnaires and semi-structured interviews. The data indicate a low presence of students from rural communities in the investigated courses, although the training offered by IFBaiano expands students' contact with agrarian, environmental, social, and territorial issues. It was also found that the young students surveyed value IF Baiano as a space for expanding educational capital, plan to continue their studies and enter higher education, but also express concern about work, financial autonomy, and professional stability. It is concluded that vocational education articulated with Rural Education can strengthen youth trajectories and contribute to social transformation, provided it is accompanied by public policies that ensure access, permanence, and qualified integration of rural youth in the territory.

Keywords: Rural youth; professional training; IFBaiano; Baixo Sul da Bahia.

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre a juventude no âmbito das ciências sociais e da educação consolidaram-se, especialmente a partir da década de 1960, como resposta às profundas transformações sociais, econômicas e políticas que marcaram o século XX. Nesse contexto, o surgimento de movimentos juvenis, a expansão dos sistemas educacionais e as mudanças no mercado de trabalho impulsionaram uma produção científica vigorosa sobre o lugar dos jovens nas sociedades modernas. A juventude passou a ser vista não apenas como uma fase transitória do ciclo da vida, mas também como uma categoria social e cultural que demanda análise própria, considerando suas especificidades e potencialidades. Como aponta Oliveira (2013), o debate acadêmico sobre juventude se estrutura em torno de múltiplas abordagens, o que reflete a complexidade e a heterogeneidade dessa condição social no mundo contemporâneo.

Do ponto de vista teórico, partimos da premissa de que a juventude deve ser compreendida a partir de um duplo movimento. Trata-se de uma condição social vivida por sujeitos concretos (os jovens) e, ao mesmo tempo, de uma categoria explicativa (representação) da realidade social, que apresenta especificidades conforme as configurações socioculturais predominantes nas sociedades nacionais (Groppo, 2017). No Brasil, a partir dos anos 2000, surgiram estudos que problematizam a juventude como um momento específico do ciclo da vida, com ênfase na pluralidade e nas circunstâncias que caracterizam o mundo juvenil sob a ótica dos próprios sujeitos jovens. Dessa forma, destacam-se os estudos dedicados a compreender como os jovens vivem e elaboram suas situações de vida, experiências, formas de sociabilidade, pertencimentos culturais e modos de ser jovem.

No Brasil, a partir de 2005, com a criação do Programa Nacional de Inclusão do Jovem (Projovem), da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional da Juventude, por meio da Lei 11.129, consolidou-se o entendimento de juventude como o segmento populacional compreendido entre 15 e 29 anos, bem como foi instituído um aparato institucional voltado à juventude. As definições da Lei orientaram as políticas públicas e os programas governamentais destinados aos jovens. Contudo, como destaca Novaes (2006, p. 105), “qualquer que seja a faixa etária estabelecida, jovens com idades iguais vivem juventudes desiguais”, o que evidencia que a vivência juvenil é profundamente marcada por

desigualdades sociais, econômicas e culturais. Embora a delimitação etária seja útil para fins estatísticos e para a formulação, o planejamento e a execução de políticas públicas, ela apresenta limitações na compreensão da diversidade das experiências juvenis. O critério etário deve ser associado a múltiplas dimensões da vida social, como as condições de classe, gênero, raça e território, permitindo uma compreensão mais abrangente e precisa da condição juvenil no Brasil.

A partir dos anos 2000, constituiu-se uma vigorosa agenda pública sobre a juventude no Brasil, que resultou na formulação de políticas públicas orientadas pelo reconhecimento dos jovens como “sujeitos de direitos”, decorrente de disputas e tensões entre diversos atores políticos — movimentos juvenis, movimentos sociais, organizações da sociedade civil, organizações públicas, pesquisadores, entre outros — que incidiram nas tomadas de decisão da agenda governamental do país, especialmente nos governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016). Nesse período, foi promulgado, após anos de tramitação no Congresso Nacional, o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013), que dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE) (Dulci; Macedo, 2019; Corrochano, 2024; Novaes, Ribeiro, Macedo, 2023).

De acordo com Abramo (2024), nesse período foram ampliadas as políticas públicas de inclusão e reparação destinadas aos jovens em diversas áreas, sendo algumas mais efetivas e estruturantes, a exemplo da educação, e outras, apesar do estágio avançado de elaboração, não foram implementadas, como a Agenda Nacional do Trabalho Decente para a Juventude (Brasil, 2010) e o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural (2016). Em outras áreas, como no enfrentamento à violência contra a juventude negra, apesar dos esforços governamentais expressos no Plano Juventude Viva, lançado em 2012 pela Secretaria Nacional da Juventude em parceria com a SEPPIR, não se avançou na efetivação de políticas públicas que assegurassem aos jovens negros o direito de viver a juventude.

A conjuntura política após o golpe contra a presidenta eleita Dilma Rousseff foi marcada por enorme retrocesso e pela interrupção da trajetória ascendente das políticas estatais de promoção da inclusão e de garantia dos direitos dos jovens, processo que se deu nos governos Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022). Desde a eleição de Lula, em 2022, para o terceiro mandato presidencial, o desafio tem sido a reconstrução das políticas públicas

para a juventude em uma conjuntura política e econômica distinta daquela de seus dois primeiros mandatos, no início da década de 2000 (Abramo, 2024).

As novas formas de apreensão e de abordagem dos jovens no Brasil, disseminadas na produção acadêmica, bem como a prevalência da premissa política de que os jovens são sujeitos de direitos na formulação das políticas públicas e dos programas governamentais na década de 2000, foram decisivas para a compreensão de que a vivência da condição juvenil é diversa e desigual na realidade brasileira. Esse processo implicou a construção de consensos políticos e acadêmicos sobre a existência de múltiplas juventudes, daí a importância de problematizar a juventude no plural, isto é, as juventudes. (Abramo, 2005; Dayrell, 2003).

Por certo, esses deslocamentos tiveram implicações na compreensão heurística e política da juventude rural. Até o final da década de 1990, a noção de juventude rural era marcada por sua invisibilidade política e acadêmica, e as formas predominantes de compreensão social concentravam a análise nos determinantes socioeconômicos e culturais dos fluxos migratórios de jovens do campo para as áreas urbanas e, por conseguinte, em suas implicações para o fenômeno da sucessão rural (Castro et al., 2009; Martins, 2021).

Os jovens rurais constituem um segmento expressivo e estratégico para a compreensão das desigualdades territoriais que atravessam a condição juvenil no Brasil. Em 2024, segundo dados da PNAD Contínua/IBGE, o país registrava aproximadamente 5,9 milhões de jovens de 15 a 29 anos residentes em áreas rurais, correspondendo a 12,2% da população juvenil brasileira. Mais da metade desse contingente encontrava-se no Nordeste (51,5%), região em que os jovens rurais representavam 22,5% da população juvenil. A Bahia, por sua vez, destacava-se como a unidade da Federação com a maior concentração de jovens rurais do país, representando 22,7% desse segmento no âmbito nacional e 39,1% da população juvenil baiana. Esses dados sugerem que a compreensão da condição juvenil rural exige um olhar atento às desigualdades regionais e territoriais, especialmente no Nordeste e na Bahia, onde a garantia de direitos à educação, ao trabalho e à permanência digna no campo assume centralidade na formulação de políticas públicas.

Na década de 2000, ocorreu um duplo movimento político. Por um lado, a emergência da juventude rural como ator político coletivo, engendrado a partir das múltiplas experiências dos jovens rurais; e por outro, construiu-se uma agenda pública de políticas para a juventude rural, cuja tessitura contou com a participação ativa dos jovens de diversos movimentos

sociais e sindicais do campo. Em contraposição à imagem social do “*desinteresse dos jovens pelo campo*” ou à ideia de que “*os jovens do campo estão indo embora*”, observou-se um processo de reconhecimento da juventude rural como sujeito político, em grande medida decorrente da “... consolidação da identidade política [da] juventude nos movimentos sociais rurais” (Castro, 2016, p. 199).

Os jovens organizados nos movimentos sociais e sindicais do campo mobilizaram diversos dispositivos sociopolíticos de autoafirmação da juventude rural a partir da diversidade sociocultural das populações do campo, das águas e das florestas, evidenciando que os rostos dos jovens que vivem em áreas rurais é diverso (Barcelos, 2014). Tal processo repercutiu significativamente nos espaços de representação política das juventudes no cenário nacional e na disputa por políticas públicas voltadas às juventudes rurais e às suas demandas específicas, o que resultou em conquistas pontuais e conjunturais dos movimentos sociais do campo e de seus coletivos juvenis nos governos Lula e Dilma, as quais foram interrompidas ou suprimidas nos governos Temer e Bolsonaro.

O reconhecimento dos jovens rurais, do campo, das águas e das florestas como sujeitos de direitos também implicou deslocamentos na agenda de pesquisa dos estudos sobre juventude rural e na formulação das políticas públicas para esse segmento, de tal forma que a questão do direito à permanência dos jovens no campo ganhou relevo nas pesquisas sobre a temática, nos fóruns e nas mobilizações dos movimentos sociais e sindicais do campo (Valadores; Ferreira; Lambais; Martins; Galiza, 2020). O Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural (PNJSR)¹, de 2016, apresentava um conjunto de ações e metas que traduziam as múltiplas dimensões que incidem diretamente na efetivação do direito dos jovens a permanecerem no campo, ao constituir cinco eixos para a formulação e a implementação da política pública: acesso à terra e ao território; acesso ao trabalho e à renda; acesso à educação do campo; promoção da qualidade de vida; e ampliação da participação, da comunicação e da democracia (Brasil, 2016).

Os anos obscuros que sucederam o golpe contra a presidenta Dilma significaram a interdição de uma agenda promissora de implementação de políticas de permanência dos

¹ O Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural foi instituído pelo Decreto nº 8.736, de 3 de maio de 2016.

jovens no campo, o que se expressou objetivamente na extinção do PNJSR no governo Bolsonaro, em 2020, e na adoção de um conjunto de medidas políticas que implicaram a piora das condições de vida e dos indicadores sociais, bem como o aumento dos conflitos e da violência no campo (Cavalcante, 2022; Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, 2025) A partir de 2023, ainda que sujeitos aos prejuízos gerados pela disputa política do período imediatamente anterior, as reivindicações juvenis foram retomadas nos coletivos e, com o retorno de Lula à Presidência da República, reavivaram-se pautas importantes para os jovens rurais, a exemplo do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera)², da Política Nacional de Educação do Campo, das Águas e das Florestas (Novo Pronacampo)³ e do novo Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural⁴.

Em que pesem os saltos e sobressaltos na consolidação das políticas públicas para as juventudes do campo no Brasil, a luta dos movimentos sociais do campo pelo direito dos jovens à educação do/no campo, tanto na educação básica/profissional quanto na educação superior, materializou-se em conquistas importantes que favoreceram a ampliação do acesso dos jovens do campo à educação profissionalizante de nível médio e ao ensino superior, mediante a expansão e a interiorização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT) e das universidades federais no país (Souza; Moura, 2020; Alves; Pasqualli; Spessatto, 2021).

De acordo com os dados do Painel de Monitoramento do Plano Nacional de Educação (Brasil, 2025), entre 2012 e 2024 houve um aumento significativo no percentual de jovens rurais de 15 a 17 anos que frequentavam o ensino médio ou haviam concluído a educação básica, saltando de 48,3% para 70% no referido ano, ou seja, um crescimento de aproximadamente 21,7 pontos percentuais. No caso da região Nordeste e do estado da Bahia,

² Em 2023 foi reconstituída a Comissão Pedagógica Nacional (CPN) do Programa de Educação na Reforma Agrária, marco importante no processo de reconstituição do programa no país. Além disso, o Pronera voltou a integrar as ações do Plano Plurianual (PPA) no âmbito do MDA/Incra, apesar da dotação orçamentária insuficiente para atender as demandas represadas nos governos Termer e Bolsonaro.

³ A Portaria n. 538, de 24 de julho de 2025, do Ministério da Educação, restituiu a Política Nacional de Educação do Campo, das Águas e das Florestas – o Novo Pronocampo, com objetivo de ampliar, qualificar e garantir a oferta, o acesso e a permanência à modalidade da Educação do Campo em todas as etapas e níveis de educação.

⁴ O Novo Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural (PNJSR) foi instituído pela Lei nº 15.178/2025, com o “o objetivo de integrar e articular políticas, programas e ações para a promoção da sucessão rural e a garantia dos direitos das juventudes do campo, das florestas e das águas”.

região e unidade da Federação que concentram o maior contingente de população juvenil em áreas rurais, o crescimento ficou acima da média nacional: 64,4% e 70,2%, respectivamente. Contudo, quando se compara esse percentual ao dos jovens que vivem em áreas urbanas no Brasil, persistem desigualdades no acesso à educação básica, uma vez que, em 2012, 66,6% deles já frequentavam o ensino médio ou haviam concluído os estudos, o que atingiu 80% em 2024.

As desvantagens escolares dos jovens rurais também se manifestam na negação do direito à educação no campo, uma vez que, na ausência de modalidades de ensino atinentes às suas idades nos espaços rurais, precisam realizar deslocamentos diários de suas comunidades para áreas urbanas dos municípios brasileiros, por meio de transportes escolares e estradas vicinais, que nem sempre dispõem de condições de trafegabilidade. De acordo com os dados do Censo Escolar, em 2025 havia 3.732 escolas de ensino médio localizadas em áreas rurais no Brasil, o que corresponde a 12,3% do total de escolas de ensino médio do país (30.257). No que se refere à educação profissional de nível médio, a situação é mais grave. Do universo de 12.026 escolas com oferta dessa modalidade de ensino, apenas 6% estavam localizadas em áreas rurais, ou seja, 725 escolas. No estado da Bahia, do total de 720 escolas, apenas 97 estavam localizadas em áreas rurais (13,5%).

Para além da demanda real da oferta escolar no campo, também persiste o desafio político e pedagógico da efetivação das diretrizes da educação do campo para o ensino médio e profissional, principalmente no que assegura aos jovens do campo, das águas e das florestas o direito à formação humanística e profissional, mediada pelo trabalho como princípio educativo e articulada com os modos de vida, os saberes e as culturas das populações do campo que vivem do trabalho com a terra, bem como com as formas de organização dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, das comunidades e dos povos tradicionais (indígenas, quilombolas, povos de terreiro, pescadores artesanais, ribeirinhos, extrativistas, comunidades de fundo e fecho de pasto, entre outros). Nesse sentido, a luta pelo direito dos jovens à educação do/no campo, conforme preconizada pelos movimentos sociais do campo e, em boa medida, objetivada nos marcos legais da política educacional para a educação do campo, tem como cenário macrossocial as contradições sociais, econômicas e ambientais das relações de produção capitalista na agricultura e das disputas de classe em curso no que

concerne ao projeto societário de desenvolvimento econômico e educacional para o campo brasileiro.

Como nos lembra Roseli Caldart (2023, pp. 46-47), o confronto entre a agricultura camponesa e o agronegócio expressa lógicas distintas de trabalho, produção, relação com a natureza e vida social, de tal forma que o acúmulo de debates e experiências da Educação do Campo tem

[...] firmado como finalidade social e educativa a ser assumida pelas escolas a inserção das novas gerações na práxis agroecológica, hoje, talvez, a expressão mais inteira da crítica prática, propositiva, da agricultura camponesa à matriz produtiva do agronegócio". A agroecologia, como totalidade que se conecta a outras totalidades, é uma forma real de resistência das comunidades camponesas diversas e, ao mesmo tempo, força material de contraponto à forma capitalista de trabalho.

Na atual conjuntura, também se observa a ofensiva do agronegócio, por meio de suas entidades representativas e do lobby político no Congresso Nacional, que visa interferir diretamente na formulação e na implementação das políticas educacionais do país. À luz da literatura especializada sobre educação do campo, trabalho e educação esse processo deve ser compreendido como parte de uma disputa político-ideológica-pedagógica voltada à conformação das políticas educacionais às necessidades de reprodução do capital no campo (Freitas, 2018; Pelanda; Frossard, 2025; Caldart, 2024; Frigotto, 2024, Cordeiro, 2022; Alentejano; Cordeiro; Lines; Silva; Linhares, 2022)

Essa disputa aparece, de modo articulado, na atuação junto às bancadas parlamentares quanto à definição das metas do novo Plano Nacional de Educação (2024-2034), tensionando a educação do campo enquanto direito dos povos do campo à educação contextualizada que, por um lado, valoriza o trabalho, as culturas, os modos e suas lutas coletivas, e por outro lado, a retomada de concepções tecnicistas associadas ao paradigma da educação rural. Ela também incide nas tentativas de interferência na definição do Programa Nacional do Livro Didático (Freitas, 2024), em que a seleção, a avaliação e a circulação de materiais escolares podem reforçar visões naturalizadas do agronegócio, do empreendedorismo, do uso de agrotóxicos e da modernização tecnológica como sinônimos de desenvolvimento agrário. Da mesma forma, na reforma curricular do ensino médio, principalmente pela centralidade conferida aos itinerários formativos compulsórios, às

competências socioemocionais e ao empreendedorismo juvenil, circunscrevendo a formação escolar dos jovens trabalhadores às demandas imediatas de reprodução da força de trabalho no campo. E por fim, na disputa pelo fundo público destinado à formação profissional, em que programas, parcerias e investimentos passam a ser orientados por interesses empresariais ligados às cadeias produtivas do agronegócio.

A pauta educacional torna-se estratégica para os setores do agronegócio porque define não apenas as diretrizes e metas dos planos de educação, em escala nacional, estadual e municipal, o currículo, a produção de material didático e o fundo público de financiamento da educação básica, mas também impõe-se sobre os sentidos da formação da juventude, do trabalho, do território e do desenvolvimento agrário. Esta disputa também se expressa na oferta de cursos técnicos de nível médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT), quando a expansão, a organização curricular e o perfil dos cursos ofertados nos territórios do campo passam a refletir, tensionar ou legitimar projetos antagônicos de formação para os jovens trabalhadores rurais.

De acordo com os dados da Plataforma Nilo Peçanha, em 2025, no ranking dos cursos técnicos integrados ao ensino médio voltados à formação profissional relacionada à produção agrícola e pecuária, predomina a oferta dos cursos técnicos em Agropecuária (1.251), Alimentos (438) e Agroindústria (343). Também se observa um número significativo de cursos técnicos em Agroecologia (227). Contudo, destaca-se no período recente, o surgimento do curso técnico em Agronegócio (68), cuja oferta concentra-se majoritariamente em Institutos Federais das regiões Nordeste e Norte do país (BRASIL, 2025).

Nesse cenário ampliado, o objetivo central deste artigo é compreender as demandas e experiências concretas desses jovens em relação ao direito à educação e à formação profissional, tomando como referência a perspectiva crítica da educação do campo, a partir de resultados de uma pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Educação do Campo na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (PPGEDUCAMPO/UFRB), em 2024 (Jesus, 2025), realizada com jovens estudantes dos cursos técnicos de Agroecologia e Agropecuária integrados ao ensino médio do Instituto Federal Baiano, campus Valença (BA), situado no território de identidade Baixo Sul da Bahia.

Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa de caráter voluntário, exploratório e descritivo, realizada com os instrumentos metodológicos de questionário estruturado impresso, respondido pelos estudantes sem a presença do pesquisador, e de entrevista semiestruturada⁵. Para sistematização de dados, foi utilizada abordagem quantitativa e qualitativa, alinhados às pesquisas bibliográficas sobre o objeto de estudo deste artigo. A amostra investigada é composta por 23 jovens estudantes do 3º ano no período letivo de 2024, regularmente matriculados.

Além desta introdução, o artigo está estruturado em três seções: a primeira situa o Território de Identidade do Baixo Sul da Bahia e suas contradições sociais, econômicas e educacionais; a segunda apresenta o IF Baiano – Campus Valença enquanto lócus de investigação empírica, e a terceira analisa as percepções dos jovens estudantes sobre formação, território e inserção no mundo do trabalho, seguida das considerações finais.

SITUANDO O TERRITÓRIO

O Território de Identidade do Baixo Sul da Bahia⁶ é composto por quinze municípios e possui uma população aproximada de 361.417 habitantes (IBGE, 2022), com área territorial de 7.582,1 km². Predominantemente inserida no Bioma Mata Atlântica, a região reúne manguezais, restingas e outros espaços naturais, o território apresenta uma diversidade produtiva no meio rural e importantes atrativos turísticos conhecidos, como Morro de São Paulo. Entretanto, a expansão de empreendimentos turísticos e agroindustriais no litoral tem intensificado os conflitos agrários e socioambientais, com sérias consequências para os modos de vida das comunidades e dos povos tradicionais da região (Porto, 2016; Epifania; Pedrosa; Borsoi; Barcelos, 2022).

⁵ A pesquisa de campo de foi realizada durante o segundo semestre de 2024, após a devida aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

⁶ Adotaremos como critério de definição dos municípios que compõem o Baixo Sul da Bahia, a noção de “territórios de identidade” adotada pelo Governo do Estado da Bahia. O Território de Identidade do Baixo Sul é composto pelos seguintes municípios: Aratuípe, Cairu, Camamu, Gandu, Ibirapitanga, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Piraí do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Teolândia, Valença e Wenceslau Guimarães.

Historicamente, o Baixo Sul é marcado por conflitos agrários e socioambientais, e, a partir da década de 1980, a pauta da reforma agrária ganhou força com a atuação de movimentos sociais e sindicais do campo, com destaque para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (Porto, 2021). Em 2016, o território reunia mais de 30 mil hectares ocupados por projetos de assentamento da reforma agrária, distribuídos entre cerca de 1.900 famílias. Os municípios de Camamu e Wenceslau Guimarães concentram a maior parte dos 37 assentamentos, enquanto as comunidades quilombolas somam mais de 80, tanto certificadas quanto identificadas pela Fundação Cultural Palmares (Bahia, 2016). Também há presença de comunidades indígenas, como os povos da etnia Pataxó Hã-Hã-Hã, no município de Camamu, e os povos da etnia Guerém em Valença (ANAI, [20--?]).

De acordo com os dados do Censo Demográfico de 2022 (IBGE, 2023a)⁷, o território do Baixo Sul registrou uma taxa de urbanização de 60,5%, sendo que o município de Valença se configura como o principal centro urbano e concentra aproximadamente $\frac{1}{5}$ da população total do território. Contudo, há uma parcela significativa da população que vive nas áreas rurais (39,5%) e, em alguns municípios, mais da metade da população reside no campo, como é o caso de Teolândia (66,1%), Igrapiúna (65,9%), Pirai do Norte (60,1%), Jaguaripe (59,3%), Nilo Peçanha (54,9%), Taperoá (53,2%) e Wenceslau Guimarães (52,2%).

Os resultados preliminares da amostra do Censo 2022 sobre trabalho e rendimento (IBGE, 2023b), nos oferecem algumas informações importantes sobre a estrutura ocupacional e os setores da atividade econômica que compõem o mercado de trabalho no Baixo Sul da Bahia. A distribuição das pessoas de 14 ou mais anos de idade ocupadas segundo a posição na ocupação indica o elevado déficit de trabalho decente nos termos propostos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2006), uma vez que apenas 24,8% da força de trabalho estava ocupada em atividades laborais que dispõem de algum tipo de proteção social e trabalhista, ou seja, prevalece a escassez de ocupações com carteira assinada no setor privado e estatutárias no setor público. A informalidade do trabalho e as ocupações precárias,

⁷ Os dados sociodemográficos do Censo Demográfico de 2022 utilizados neste artigo para o território do Baixo Sul da Bahia, foram tabulados pelos autores a partir das informações disponíveis para os quinze municípios deste território, através do Sidra: sistema IBGE de recuperação automática (<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/universo-caracteristicas-urbanisticas-do-entorno-dos-domicilios-nas-favelas-e-comunidades-urbanas>).

mal pagas e sem proteção trabalhista constituem as marcas da redundância da precarização social do trabalho na região. No tocante, a distribuição dos ocupados por setores da atividade econômica do trabalho principal, 47,7% dos ocupados trabalham nos setores de serviços e comércio, seguido daqueles que trabalham na agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura com 36,8%; da construção civil com 6,7%, da indústria geral com 3,8% e administração pública com 3,7%.

Essa configuração da população ocupada, conforme os setores da atividade econômica, demonstra a presença de contingente significativo de trabalhadores e trabalhadoras ocupados em atividades agrícolas, principalmente na agricultura familiar, na pesca tradicional e na mariscagem. Contudo, na estrutura produtiva do setor agropecuário da região persistem desigualdades históricas vigentes no padrão de reprodução social da força de trabalho no campo, de tal maneira que concordamos com Brandão, Jesus e Paixão (2021, p. 107) ao afirmarem que:

No que tange à dimensão da produção e reprodução da vida dos povos do campo, das águas e das florestas no Baixo Sul é indispensável reconhecer que a produção agrícola nesse território segue uma dinâmica implantada desde o período colonial, em que apesar de se produzir alimentos, as trabalhadoras e os trabalhadores que produzem não possuem soberania alimentar, pois ficam reféns de uma macroestrutura que perpassa desde a ausência de políticas públicas até a apropriação por poucos no momento da comercialização dos produtos, e, além do mais, há a baixa agregação de valor às especiarias agrícolas (cacau, guaraná, cravo etc.) que caem nas mãos dos atravessadores e, por vezes, os patrões se apropriam da produção por meio do trabalho precarizado e de empreitadas ou meeiros.

Por sua vez, os indicadores educacionais do Território do Baixo Sul indicam que apesar dos avanços na ampliação da cobertura do atendimento escolar na educação básica na última década, há enormes desafios a serem perseguidos na efetivação de políticas públicas e educacionais que assegurem a democratização e a redução das desigualdades no acesso e permanência no sistema educacional, principalmente para os segmentos populacionais oriundos da classe trabalhadora, das comunidades periféricas, quilombolas, ribeirinhas, pesqueiras e do campo. A negação do direito à educação se expressa na taxa de

analfabetismo da população (18%)⁸ que vive neste território, principalmente entre a população de 60 anos ou mais (46,4%). Por sua vez, o nível de instrução das pessoas de 18 anos ou mais também indica que mais da metade da população não concluiu sequer o ensino fundamental (52,2%). Apenas 26,1% têm o ensino médio completo ou ensino superior incompleto, e 6,6% têm o ensino superior completo. Portanto, a elevação do nível de escolaridade da população configura-se como um eixo estruturante para a redução das desigualdades e injustiças sociais no território.

Nesta perspectiva, o acesso e a permanência das novas gerações, especialmente os jovens, à educação escolar também evidenciam a persistência das desigualdades sociais e raciais no Baixo Sul da Bahia. Os dados do Censo Demográfico de 2022 (IBGE, 2023c) nos oferecem um retrato da situação educacional dos jovens nessa região, ao indicar que 37,8% dos jovens de 15 a 17 anos já se encontram fora da escola. Ou seja, de cada 10 jovens nesta faixa etária, 4 estão fora da escola. Esse quadro se torna mais dramático ao compararmos com os indicadores em escala nacional e estadual, uma vez que a proporção de jovens que frequentam a escola atingiu os patamares de 85,4% e 85,7%, respectivamente. Para os jovens de 18 a 24 anos, faixa etária considerada adequada para o ingresso no ensino superior, a situação é oposta à dos jovens adolescentes, pois 66% já estão fora da escola, cujas motivações certamente estão orientadas pela necessidade de ingresso no mercado de trabalho, conforme relatado na literatura especializada (Souza; Bordignon, 2024).

Embora os dados do Censo 2022, disponibilizados até o momento, não permita a desagregação e o cruzamentos de variáveis raça, situação do domicílio e renda, presumimos que os jovens negros, do campo, das comunidades quilombolas, pesqueiras e ribeirinhos que vivem nos municípios da região do Baixo Sul Baiano são aqueles que experienciam em suas trajetórias juvenis os processos de exclusão, de discriminação e racismo ambiental objetivados na negação histórica do direito à educação em seus territórios de vida e de ancestralidade, uma vez que submetidos à dinâmica econômica do território, inserem-se nas rotas não reguladas e não autônomas de trabalho. Essa dinâmica tem dificultado a inserção

⁸ Segundo dados do IBGE, em 2010 a taxa de analfabetismo atingiu era de 23,6%. Em mais de uma década, houve uma redução de 23,7% na taxa de analfabetismo no Baixo Sul em relação a 2022, demonstrando a necessidade de ampliar a oferta da Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJA) na região.

ativa destes jovens - muitos deles simultaneamente marcados pela racialidade e fora da escola - tanto de trabalhos qualificados, quanto de espaços coletivos de luta pelo direito à terra.

Os dados do Censo Escolar da Educação Básica de 2025 (INEP, 2026)⁹, conforme tabela abaixo, demonstram que 59,3% da oferta de matrículas da educação básica concentra-se nas áreas urbanas dos municípios e 40,7% em comunidades rurais e/ou tradicionais. As escolas localizadas em áreas rurais, em geral, oferecem turmas da educação infantil e do ensino fundamental – anos iniciais, sob responsabilidade das redes municipais de ensino, que, somadas, perfazem aproximadamente 80% do total de matrículas. Por seu turno, a situação é totalmente oposta quando se trata da oferta do ensino médio regular e da educação profissional, uma vez que apenas 17,5% e 14,9%, respectivamente, são ofertadas em escolas do campo. Em números absolutos, isso significa que, nos 15 municípios do território do Baixo Sul da Bahia, foram contabilizadas apenas 1.908 matrículas no ensino médio regular e 608 no ensino médio regular com cursos técnicos integrados.

Número de matrículas na educação básica no território do Baixo Sul da Bahia - 2025

Matrículas	Localização da Escola				Total	%
	Urbano	%	Rural	%		
Educação básica	54.666	59,3	37.493	40,7	92.159	100,0
Ensino fundamental	28.107	56,2	21.913	43,8	50.020	100,0
Ensino médio regular	9.022	82,5	1.908	17,5	10.930	100,0
Educação Profissional -cursos técnicos integrados ao ensino médio	3.462	85,1	608	14,9	4.070	100,0

⁹ Os dados do Censo Escolar 2025 utilizados neste artigo para o território do Baixo Sul da Bahia, foram tabulados pelos autores a partir das informações disponíveis para os quinze municípios deste território, através do Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/estatisticas-censo-escolar#:~:text=Novo%20painel%20de%20Estat%C3%ADsticas%20Censo%20Escolar%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica>

Fonte: Elaboração dos autores, a partir dos dados do Censo Escolar da Educação Básica, 2025 (INEP, 2026), disponibilizados no painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica, disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/estatisticas-censo-escolar>)

Além disso, a precarização da infraestrutura física e das condições de trabalho docente fazem da parte do cotidiano escolar, de tal forma que:

Infelizmente não é novidade, que no campo brasileiro, assim como na Bahia e no território do Baixo Sul, a população rural tem historicamente o direito à Educação violado e negligenciado, na medida em que escolas no campo, quando existem, são sucateadas e contam com currículos e modelos pedagógicos urbanocêntricos, bem como profissionais sem formação específica e, dessa forma, não sensíveis às questões e dinâmicas camponesas (Brandão; Jesus; Paixão, 2021, p. 103).

Embora a realidade da maioria dos jovens do campo da região seja marcada pela negação do direito à educação e à profissionalização em escolas do campo, a configuração da oferta existente no território também traduz os projetos em disputa no que tange à educação no campo e a formação das juventudes trabalhadoras rurais da região. Nesse sentido, alicerçada nos princípios da educação do campo, destaca-se a experiência bem-sucedida da Escola Técnica em Agroecologia Luana Carvalho (ETALC), criada em 2015 no Assentamento Joseney Hipólito, em Ituberá-BA, sob a coordenação do MST. A escola resulta da luta de assentados e educadores por uma educação contextualizada, vinculada aos interesses da classe trabalhadora camponesa. Essa perspectiva dialoga com a compreensão de que a realidade concreta é dimensão mediadora da práxis educativa e emancipatória (Carmo; Barbosa, 2022; Brito, 2023).

Em contraposição, as Casas Familiares Rurais, coordenadas pela Fundação Odebrecht em Nilo Peçanha, Igrapiúna e Presidente Tancredo Neves, ofertam ensino médio profissionalizante a jovens do campo, com foco no empreendedorismo rural, cuja lógica da proposta pedagógica se orienta pela “empresarização” da agricultura familiar, com ênfase em administração rural, economia financeira e planos de negócio alinhados à perspectiva do agronegócio. Neste sentido, concordamos com a análise de Porto (2021), uma vez que:

Toda essa estrutura de ensino está voltada para uma perspectiva de “empresarização” da agricultura familiar. O programa pedagógico é focado no ensino de “agronegócios”, abarcando conteúdos de administração rural, economia financeira e de plano de negócios, provendo aos jovens

conhecimentos gerenciais no intuito que eles passem a organizar suas propriedades (juntamente com as suas famílias) a partir de uma lógica empresarial (Porto, 2021, p. 38).

A presença da Fundação Odebrecht no Baixo Sul está ligada à ampliação do interesse empresarial pelas terras da região desde o final da década de 1940, processo que favoreceu a mercantilização fundiária, a formação de grandes fazendas e conflitos com comunidades de posseiros (Porto, 2021). No campo educacional, Rios (2021) identifica que projetos escolares administrados pela Fundação exercem influência direta sobre as comunidades e expressam o interesse empresarial na formação de mão de obra para o setor produtivo.

Essa concepção de educação se contrapõe aos princípios da Educação do Campo, pois subordina a formação dos jovens às exigências do mercado e à lógica empresarial do agronegócio. Enquanto a Educação do Campo parte das experiências, saberes, culturas e lutas dos sujeitos camponeses, buscando fortalecer sua autonomia e permanência no território, a perspectiva empresarial enfatiza a adaptação da agricultura familiar ao modelo competitivo do agronegócio.

Portanto, o Território do Baixo Sul da Bahia apresenta uma formação socioespacial marcada por profundas contradições históricas, sociais, econômicas, ambientais e educacionais. A expressiva presença de populações do campo, das águas e das florestas, bem como de comunidades quilombolas, indígenas, pesqueiras e assentamentos da reforma agrária, evidencia a centralidade dos modos de vida, dos saberes tradicionais e das formas coletivas de resistência na constituição regional em meio as complexidades das relações entre terra, vida e trabalho na região. Entretanto, tais sujeitos e territórios convivem com processos históricos de concentração fundiária, precarização do trabalho, desigualdade no acesso à escolarização, insuficiência da oferta de ensino médio e de educação profissional no campo, além da disputa entre projetos antagônicos de desenvolvimento territorial.

Nesse quadro, conforme veremos nas seções seguintes deste artigo, a presença do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano na cidade de Valença assume relevância estratégica na ampliação do acesso das juventudes do campo à educação profissional pública, gratuita e socialmente referenciada, articulando a formação científica, técnica, política e humana às demandas concretas do território.

O IFBAIANO - CAMPUS VALENÇA: CONTEXTUALIZANDO O CAMPO DE PESQUISA

Com a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, em 2008 (BRASIL, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano chegou a Valença, assumindo o espaço formativo da antiga Escola Média Agropecuária Regional da CEPLAC (EMARC), em funcionamento desde a década de 1980.

No espaço da antiga EMARC, o IF Baiano passou a oferecer formação nos níveis básico, profissional e superior, com currículo próprio e novos espaços educativos. Por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, promove educação pública e formação profissional e tecnológica articuladas ao mundo do trabalho, contribuindo para o desenvolvimento territorial (Bahia, 2020, p. 30). É composto por profissionais habilitados em diversas áreas de formação e especialização, incluindo 66 docentes, 44 técnicos administrativos em educação e 44 trabalhadores terceirizados, que desenvolvem atividades de prestação de serviços educacionais à comunidade.

O campus conta com um espaço educativo na sede municipal, com acessibilidade, área verde preservada, salas de aula e administrativas, banheiros, refeitório, biblioteca, laboratórios, auditórios, quadra poliesportiva e internet disponível para os estudantes. Na zona rural, na Aldeia de São Fidélis, localiza-se a Fazenda-Escola, que abriga Unidades Educativas de Campo¹⁰ voltadas à produção agropecuária – com frutíferas variadas, horta, sistema agroflorestal, criação de caprinos, ovinos, bovinos, aves e abelhas, além de área de preservação ambiental.

O campus disponibiliza cursos de Ensino Técnico em Agropecuária e Agroecologia, integrados ao Ensino Médio; Subsequente (pós-médio) em Agropecuária e Meio Ambiente; Licenciatura em Ciências Biológicas; e Pós-Graduação Lato Sensu em Agroecologia e Meio Ambiente, Leitura e Produção Textual, Ensino da Matemática, Relações Étnico-Raciais e Cultura Afro-Brasileira na Educação. Oferece ainda Pós-Graduação Lato Sensu internacional,

¹⁰ As Unidades Educativas de Campo são espaços de vivência pedagógica voltados ao ensino, à pesquisa e à extensão. Nesse ambiente, é possível promover a integração educativa dos estudantes, com a participação das comunidades tradicionais, apoiando, de maneira afirmativa, o desenvolvimento socioambiental de jovens e adultos, numa perspectiva integrada à profissionalização.

na modalidade Educação a Distância (EaD), em Conservação de Recursos Genéticos Animais e seus Sistemas de Produção; cursos subsequentes à distância de Técnico em Secretaria Escolar e Técnico em Vendas; além de cursos de curta duração de Formação Inicial e Continuada (FIC).

O ingresso nos cursos requer participação em processo seletivo gratuito, regido por edital amplamente divulgado pela instituição em diversos canais de comunicação da região. A instituição conta com políticas de assistência estudantil, entre as quais se destaca o Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante (PAISE), que oferece apoio socioeconômico a estudantes em situação de vulnerabilidade, com o objetivo de reduzir as dificuldades de permanência e conclusão dos cursos. São concedidos auxílios financeiros para moradia, transporte, material acadêmico, uniforme, creche, permanência, cópias e impressão, mediante processo seletivo publicado em edital e realizado pela instituição, por meio do setor de Assistência Social, responsável por identificar os estudantes com maiores necessidades.

Conforme dados da Plataforma Nilo Peçanha (Brasil, 2024), foi realizada uma análise dos registros de ingressantes no IF Baiano em 2023. Os cursos ofertados na modalidade de FIC concentraram o maior número de ingressantes, em razão da diversidade de opções e da carga horária reduzida. Na sequência, destacam-se os cursos técnicos integrados em Agropecuária e Agroecologia. Também é possível identificar que o perfil social predominante dos estudantes corresponde a jovens do sexo feminino, entre 15 e 24 anos, autodeclarados negros (pretos e pardos). No que diz respeito à renda *per capita* familiar, trata-se de um dado de difícil mensuração, em virtude do elevado percentual de estudantes que não declararam renda no momento da matrícula na instituição (Brasil, 2024).

Com base nas análises de Bonfim (2023), o Painel de Matrículas do Campus indica que, de um total de 2.876 estudantes, 81,4% residem em áreas urbanas e apenas 9,3% em áreas rurais. Esses dados sobre o local de residência de origem dos estudantes evidenciam a necessidade de problematizar a relação desigual de acesso de jovens do campo do território do Baixo Sul aos direitos sociais, especialmente à educação, saúde, lazer e infraestrutura, conforme já mencionado anteriormente.

Neste sentido, consideramos que o IF Baiano se constitui como um importante lócus de investigação empírica das demandas, experiências e perspectivas de jovens estudantes

dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, cujo campo de atuação profissional tem horizonte na inserção no mercado de trabalho em ocupações de nível técnico relacionadas ao setor da agricultura e a pecuária, ou seja, o mundo rural.

A pesquisa de campo foi realizada no IF Baiano – Campus Valença, entre 1º de agosto e 13 de setembro de 2024, com estudantes do 3º ano do Ensino Médio integrado aos cursos técnicos de Agropecuária e Agroecologia. Inicialmente, foram identificados 116 estudantes regularmente matriculados nessas turmas, que foram visitados em sala de aula, informados sobre os objetivos da investigação e convidados a participar voluntariamente do estudo. A adesão foi formalizada mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, assegurando aos participantes ciência da pesquisa, autonomia de decisão, confidencialidade e preservação de sua identidade.

Como instrumentos de produção de dados, foram utilizados um questionário estruturado impresso e entrevistas semiestruturadas, aplicados em momento previamente agendado, nas dependências do IF Baiano – Valença, em horário em que os estudantes não realizavam atividades curriculares. Ao todo, 23 jovens participaram efetivamente da pesquisa. O questionário possibilitou a sistematização de informações sobre perfil social, trajetória escolar, relação com o território, formação técnica e expectativas futuras, enquanto as entrevistas permitiram aprofundar as percepções, experiências e sentidos atribuídos pelos estudantes à formação profissional e à inserção no mundo do trabalho.

Considerando o caráter voluntário da investigação e sua natureza exploratória e descritiva, a taxa de adesão não comprometeu os objetivos do estudo, uma vez que os dados obtidos permitiram construir um panorama analítico das experiências juvenis no contexto pesquisado. As informações foram tratadas por meio de abordagens quantitativa e qualitativa: os dados do questionário foram sistematizados em frequências simples e articulados às falas das entrevistas, identificadas por nomes fictícios, mantendo-se apenas a idade e o curso como elementos de caracterização, cujos principais resultados apresentaremos a seguir.

ENTRE A FORMAÇÃO E A INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO: O QUE DIZEM OS JOVENS ESTUDANTES DOS CURSOS TÉCNICOS INVESTIGADOS

O perfil dos estudantes pesquisados revela a presença de jovens em fase de transição entre a conclusão da educação básica e a definição de projetos formativos e profissionais futuros. Em sua maioria, são estudantes com idades entre 18 e 20 anos, residentes no município de Valença, mas a amostra investigada também foi composta por jovens estudantes de outros municípios do Território do Baixo Sul, como Taperoá e Ituberá.

Predomina, entre os participantes, a residência em áreas urbanas, o que indica que a presença de jovens oriundos do campo nos cursos técnicos de Agropecuária e Agroecologia do IF Baiano – Campus Valença é inexpressiva. Do total da amostra, apenas 01 jovem declarou residir em comunidade rural; contudo, identificamos um conjunto de jovens estudantes urbanos cujas experiências com o mundo rural se constroem de modo diverso, seja pela formação escolar no ensino fundamental, pelos vínculos familiares, pelas práticas comunitárias ou pelo contato com as atividades pedagógicas desenvolvidas pela instituição.

Quanto à identificação de gênero e raça/cor, observa-se a presença expressiva de jovens mulheres (14 jovens entrevistados) e de autodeclaradas(os) negras(os) (16 jovens entrevistados), especialmente pardos, evidenciando que as trajetórias analisadas são atravessadas por marcadores sociais que incidem sobre as formas de acesso, permanência e construção de expectativas educacionais e profissionais.

Em relação ao nível de escolaridade dos pais, verificamos que são escolarizados, sendo que a maioria deles tinha escolaridade de ensino médio (9 casos) ou ensino superior (11 casos). Já a origem escolar dos jovens indica que mais da metade frequentou escolas particulares urbanas (13 jovens), enquanto o restante cursou escolas públicas urbanas (10 jovens).

O que chama a atenção na amostra investigada é a baixa presença de jovens do campo nos cursos técnicos de Agropecuária e de Agroecologia, cuja formação técnico-profissional, a rigor, credencia seus egressos para o trabalho no meio rural. Contudo, esta amostra investigada reflete a própria composição do perfil dos estudantes do IFBaiano – Campus Valença, conforme mencionamos anteriormente, uma vez que, de cada 100 estudantes, **apenas 5 são oriundos de comunidades rurais.**

Do ingresso às expectativas de continuidade dos estudos

No processo investigativo, identificamos que as motivações dos jovens estudantes para ingressarem no Ensino Médio do IF Baiano, em sua maioria, relacionam-se à preparação para o ingresso na universidade, aliadas ao incentivo de pais e amigos. A formação técnica e a profissionalização foram minimamente mencionadas nas respostas, o que nos sugere que o ingresso em instituição da Rede Federal de Ensino Técnico e Científico se configura como a possibilidade de acesso a formação de nível médio diferenciada em relação às instituições da rede estadual e da rede privada, principalmente no tocante à qualificação técnica do corpo docente, a excelência do ensino articulado com pesquisa, extensão e inovação científica, a infraestrutura e laboratórios disponíveis para o desenvolvimento de atividades práticas e pedagógicas, bem como as políticas de assistência estudantil. Dessa forma, o ingresso no IF Baiano é visto pelos jovens estudantes e suas famílias como um espaço “sui generis” de formação e ampliação do capital escolar (Bourdieu, 1999) para a continuidade dos estudos, bem como para a incorporação de habitus científicos que serão requisitos para os jovens estudantes no momento do ingresso no ensino superior.

A intenção de dar continuidade aos estudos, com foco no ingresso na universidade como forma de ampliar seu nível de formação, aparece de forma incisiva na maioria dos depoimentos dos jovens entrevistados, que, abaixo, expressam as expectativas de conclusão do curso técnico integrado ao ensino médio, ainda sem maiores prospecções, mas simultaneamente relacionados ao desejo de chegar ao ensino superior.

Eu vou pra Universidade, vou fazer Direito primeiro, vou começar o curso de Direito, não sei se permaneço até o final, acho que é como já falei antes, tenho tempo para descobrir se é isso mesmo que eu quero ainda, se vai ser uma opção boa pra mim, mas, acho que até o momento não tem nenhum empecilho, nada que, acho que assim como aqui, é algo que eu só vou descobrir quando eu estiver lá, sabe? O tempo que eu tiver estudando, aí sim eu vou descobri, ok, é isso que eu quero (CLAUDOMIRO, 18 anos, agropecuária).

Eu quero ter sucesso acadêmico, eu pretendo ir agora pra faculdade, depois pretendo ir pro mestrado, depois o doutorado, o objetivo profissional ainda não sei em que área vou ficar especialista, em que área eu vou trabalhar em si, mais eu sei que quero ir pra fora, já estudei bastante sobre a bovinocultura e eu estudei sobre ir pra Suíça, porque o grupo de trabalho lá é valorizado, é o que penso, mas não sei se é a meta, eu pretendo só ter sucesso de alguma forma (BETO, 19 anos, agropecuária).

Mas as expectativas formativas também são atravessadas pela necessidade de inserção no mercado de trabalho e pela busca de autonomia e independência financeira, o que demonstra que as trajetórias escolares juvenis investigadas são permeadas por múltiplas dimensões da vida social, cujo pêndulo das “escolhas” se ajusta conforme a condição de classe e de vida de suas famílias. Assim, “estudar para o Enem”, “conseguir uma vaga numa boa faculdade”, “talvez começar um emprego” constituem um campo de possibilidades e incertezas, que nem sempre se excluem, mas se combinam ou se sobrepõem. Os depoimentos dos jovens Bela, Salmo e Vera apontam nesta direção, cujas trajetórias compartilham traços comuns com uma parcela significativa da juventude brasileira, na qual o trabalho ocupa uma posição central nas expectativas futuras, mesmo que não esteja relacionado à formação profissional recebida no ensino médio.

Estudar pro Enem¹⁵, e pra concurso público também, porque de uma certa forma também é bom e, procurar algum trabalho, pra não ficar sem fazer nada (BELA, 18 anos, agropecuária).

Eu penso... faculdade não vem nada em mente agora pra fazer, eu penso em abrir uma barbearia pra mim, ou então fazer algum concurso público pra seguir na área militar (SALMO, 18 anos, agropecuária).

Tô pensando agora em fazer o meu estágio, e fazer o Enem para conseguir a vaga numa boa faculdade, e talvez começar um emprego, se não conseguir condições pra ir pro local fazer uma faculdade, começar um outro curso que me interesse de forma online talvez por um período de tempo, porque como falei, eu não quero também ficar muito nessa coisinha de é... arranjando um emprego, agora é isso; eu quero seguir estudando, seguir fazer o que realmente quero da vida (VERA, 19 anos, agropecuária).

Esses depoimentos indicam que a escolarização prolongada, a busca por trabalho e a necessidade de autonomia financeira se articulam, compondo estratégias juvenis diante das incertezas do futuro, bem como para assegurar a vivência da condição juvenil e os processos de transição para a vida adulta. Por outro lado, também identificamos que para alguns jovens entrevistados, como é o caso do jovem Adalberto, um dos poucos que mencionou a possibilidade de atuação profissional na área de formação técnica, as expectativas de conclusão do curso técnico são marcadas por incertezas, mas concomitantemente pela real necessidade de ter um emprego.

Meu desejo é seguir área técnica de agropecuária, quero fazer ou agronomia ou agronegócio, ou qualquer coisa que envolva a agropecuária, caso não dê certo, eu pretendo trabalhar com meu pai, já que ele trabalha com aluguel de casas, mais economia, ele trabalha com economia, qualquer coisa, seguir a carreira do meu pai (ADALBERTO, 20 anos, agropecuária).

Em linhas gerais, esses relatos permitem compreender que os jovens constroem suas expectativas em meio a ambivalências: desejam continuar estudando, mas reconhecem a necessidade de trabalhar; valorizam a formação recebida, mas a sua maioria não projetam atuar diretamente na área técnica e em ocupações no meio rural; buscam autonomia, mas dependem das oportunidades disponíveis no território e das condições econômicas de suas famílias. Vera explicita essa tensão ao afirmar que não deseja “ficar muito nessa coisinha de [...] arranjando um emprego”, pois deseja “seguir estudando” e fazer “o que realmente quer da vida”. Ao mesmo tempo, sua fala reconhece a possibilidade de iniciar um emprego ou um curso online caso as condições materiais dificultem a ida a uma faculdade presencial.

A busca por independência financeira aparece nos depoimentos como elemento central na elaboração dos projetos de futuro dos estudantes, articulando-se a diferentes possibilidades de inserção ocupacional. A referência ao concurso público, por exemplo, evidencia o valor simbólico e prático atribuído à estabilidade financeira e laboral, especialmente em contextos marcados por incertezas no mundo do trabalho. Ao mesmo tempo, a menção à carreira vinculada ao agronegócio indica a força com que esse setor é difundido socialmente como horizonte de sucesso profissional, o que exige problematizar seus sentidos e implicações na formação dos jovens.

Nesse sentido, a experiência no IF Baiano amplia horizontes, oferece credenciais escolares e profissionais e contribui para que esses jovens formulem projetos de vida, ainda que tais projetos permaneçam abertos, negociados e sujeitos às condições concretas de acesso ao ensino superior, ao trabalho e à permanência digna no território.

O rural como destino profissional?

Para a realização de seus projetos de futuro, os estudantes relatam desafios que não se restringem ao plano individual, mas também apontam condições sociais, econômicas e territoriais que delimitam suas possibilidades de continuidade formativa e de inserção

profissional. A limitação de recursos financeiros, a ausência de cursos universitários desejados nos municípios de origem, a necessidade de deslocamento para outras cidades, o afastamento da família e as exigências acadêmicas e sociais associadas ao ingresso no ensino superior constituem obstáculos significativos. Para alguns jovens, a possibilidade de seguir uma carreira vinculada à formação técnica também é condicionada pela falta de experiência e pela escassez de oportunidades de trabalho na área, o que evidencia a distância entre a formação obtida e as condições concretas de atuação profissional no território, aspecto problematizado em outros estudos sobre a temática (Cavalcante; Silva; Abreu, 2019).

Nesta direção, não podemos perder de vista de que a inserção dos jovens de 18 a 24 anos no mercado de trabalho do Território do Baixo Sul da Bahia revela um cenário que merece atenção, especialmente por se tratar de uma faixa etária do ciclo de vida juvenil, na qual se espera que a maioria dos jovens tenha concluído a educação básica e esteja em processo de inserção ou consolidação no mundo do trabalho. Segundo os dados do Censo Demográfico de 2022, 48,7% dos jovens dessa faixa etária compõem a força de trabalho, enquanto 51,3% estavam fora do mercado de trabalho. Embora os dados disponibilizados pelo Censo até o momento não nos permitam desagregar esta informação para mensurarmos, entre os jovens que estão fora do mercado de trabalho, quantos estavam estudando e quantos não estudavam nem trabalhavam, é bem provável que uma parcela significativa deles compunham o contingente de jovens “sem-sem”, ou seja, sem direito à escola e ao trabalho no Brasil, condição frequentemente associada a maiores riscos de vulnerabilidade social, redução das perspectivas de mobilidade social e perpetuação das desigualdades sociais, raciais e gênero (DIESSE, 2024; GAWRYSZEWSKI, 2023).

Entre aqueles que integram a força de trabalho, 87,6 % encontram-se ocupados, enquanto 14,4% estão desempregados, ou seja, à procura de trabalho. A taxa de desemprego entre os jovens economicamente ativos é o triplo da registrada para a população com 25 anos ou mais (4,8%), evidenciando as dificuldades enfrentadas por esse grupo em acessar oportunidades de trabalho, sobretudo em um contexto marcado pela escassez de empregos formais e pelas elevadas taxas de informalidade do trabalho no território.

Os dados da Relação Anual de Informações Sociais, do Ministério do Trabalho (RAIS/MTE)¹¹, nos possibilita mensurar as características dos empregos formais ocupados por jovens de 18 a 24 anos no Baixo Sul. Em 2025, quando os jovens investigados já haviam concluído os cursos técnicos de Agropecuária e Agroecologia integrados ao ensino médio, os jovens ocupavam 11% do estoque de empregos formais dos 15 municípios do território. A distribuição dos postos de trabalho por setor de atividade econômica evidencia que de cada 10 jovens, 7 trabalham no comércio ou no setor de serviços. O comércio constitui o principal segmento econômico, concentrando 41,6% dos empregos juvenis, seguido pelo setor de serviços, com 28,3%. A administração pública é o terceiro maior empregador, respondendo por 14,1% do estoque de empregos. Portanto, 84% dos postos de trabalho juvenis concentram-se nos setores de comércio, serviços e administração pública, evidenciando uma economia fortemente orientada para atividades terciárias e para o setor público. Já as atividades ligadas à agropecuária, à extração vegetal, à caça e à pesca representam 4,6% das ocupações, demonstrando os limites do mercado de trabalho assalariado no setor agrícola da região e sua capacidade de absorção da força de trabalho juvenil qualificada para ocupações agrícolas, como é o caso dos jovens egressos dos cursos técnicos do IF Baiano investigados.

Estes indicadores revelam a necessidade de fortalecer políticas públicas integradas que promovam o desenvolvimento territorial e ampliem as oportunidades de inserção produtiva, especialmente o fortalecimento da agricultura familiar em comunidades rurais e tradicionais, que desempenha um papel estratégico para a segurança alimentar, a conservação ambiental, a geração de renda e a permanência das populações no meio rural. O fomento público ao acesso ao crédito, aos programas de comercialização, às compras institucionais, à infraestrutura produtiva, o apoio à agroindustrialização e a serviços qualificados de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) são indispensáveis para garantir

¹¹ Os dados da RAIS/MTE 2025 utilizados neste artigo para o território do Baixo Sul da Bahia, foram tabulados pelos autores a partir das informações disponíveis nas bases RAIS Trabalhadores e RAIS Estabelecimentos para os quinze municípios deste território, através de acesso online pela internet, mediante cadastro prévio, no seguinte endereço: <https://acesso.trabalho.gov.br/portal-pdet/o-pdet/portifolio-de-produtos/bases-de-dados.htm>

a inclusão socioprodutiva dos empreendimentos da agricultura e a redução de desigualdades sociais no campo no território do Baixo Sul (Bahia, 2018, Barret, 2020; Bonfim, Velloso; 2022;)

Nesse processo, destaca-se a importância da incorporação de jovens egressos dos cursos técnicos em Agropecuária e Agroecologia às equipes de assistência técnica, às cooperativas, às associações, às agroindústrias da agricultura familiar em comunidades rurais e tradicionais do Baixo Sul da Bahia. A inserção desses jovens não apenas atende à demanda por assistência técnica qualificada, mas também favorece a sucessão rural, a inovação nos sistemas produtivos e a construção de cadeias de valor baseadas na agroecologia e na agroindustrialização, elementos essenciais para a sustentabilidade econômica e social do território conforme demonstram os estudos relatados na literatura especializada (Barcelos, 2017; Silva, Monteiro, Araújo, 2025). Tais mudanças, provavelmente produzam, em um período médio, alterações nas perspectivas profissionais dos jovens ao demonstrarem, concretamente, possibilidades de inserção profissional no território.

Buscando compreender como a instituição e a formação técnica contribuíram para a relação dos estudantes com o espaço rural, observa-se que as experiências formativas vivenciadas no IF Baiano produziram aproximações distintas à realidade dos povos do campo, das águas e das florestas do Baixo Sul. Os depoimentos dos jovens, a seguir, evidenciam que tal relação não se limita à preparação para o exercício de uma ocupação técnica, mas também envolve o contato com problemas concretos das comunidades, a circulação de saberes, a ampliação do repertório socioterritorial e a elaboração de percepções críticas sobre a realidade social das populações do campo que vivem no território.

Eu tô, querendo ou não me profissionalizando na área, agora vou sair como técnico, e isso me ajuda de [alguma] forma. Um exemplo: meu projeto de pesquisa é vinculado ao projeto de pesquisa do Instituto [e]... foi para ajudar a melhorar a comunidade rural, que foi a composteira que a gente tem. Aí sempre pensei tipo, pow! A gente tem um desperdício muito grande etc., então eu vejo que muita área rural, como exemplo a Batateira lá em Cairu, ... não tem acesso à internet. Então eu penso, que tem muitos lugares que tem alguma relação parecida, tanto com o saneamento básico ou tantas outras coisas, então eu pensei em alguma forma de resolver isso. ...Aí eu vejo que meu conhecimento técnico aqui me ajuda em relação [ao] meio rural por isso (BETO, 19 anos, agropecuária).

Tá contribuindo bem, eu acho que ajuda bastante, ajudo minha mãe quando vou na roça também, no que eu sei, no que eu aprendo aqui, aplico lá na roça dela, falo também com o pessoal lá de Mutuípe, eles têm, é técnico também em agropecuária,

eles me ensinam bastante também, eu ensino algumas coisas que eles não sabem, tipo manejo do solo eu aprendi bastante aqui na escola (ADALBERTO, 20 anos, agropecuária).

Aproximou mais, porque tipo tinha muitas coisas apesar de eu morar no campo, eu não entendia e não tinha visto, aí o colégio acabou abrindo outras perspectivas (SALMO, 18 anos, agropecuária).

Identificamos que a formação técnica, em seus diversos aspectos de profissionalização, permite que os jovens estudantes incorporem os aprendizados em espaços de convívio, promovendo o compartilhamento de saberes. Essa vivência motiva perspectivas de atuação em esferas sociais coletivas, com a implementação de cuidados ambientais – influenciando, assim, o desenvolvimento e a transformação afirmativa das comunidades locais.

Eu nunca tive muita afinidade com essa coisa do espaço rural não. Mas assim, aqui eu tive um pouco mais, não da perspectiva do trabalho na área rural, dessa coisa da prática, da atividade agropecuária que é o curso que eu faço, mas tive muita inserção no meio da questão social do trabalho na área rural, sabe? Principalmente porque eu comecei a pesquisar sobre alguns movimentos, participar de algumas coisas e aí eu fui entendendo que tem muita coisa que se inicia no meio rural, no meio do campo, sabe? Eu comecei a.... [participar de] grupos que são focados em fazer trabalho de base, tive essa inserção com ...a atividade social do trabalho no campo por conta de movimentos como MST, por exemplo, sabe? (CLAUDOMIRO, 18 anos, agropecuária).

Tá me dando mais consciência de como tratar essas pessoas que vivem lá. Tá me dando consciência de como eles vivem, como eles trabalham, e como a vida deles funciona. Porque a gente vive muito no urbano, a gente vive muito essa questão do urbano e acaba não pensando no meio rural. A gente pensa que no rural as pessoas estão lá só trabalhando pra produzir pra ela mesma e vender, mas não. Além de trabalhar e vender os produtos que elas fazem, ela tá tentando sobreviver, naquelas condições, tentando ganhar o modo de vida com aquilo (FERNANDO, 18 anos, agroecologia).

Aumenta o nosso ponto de visão, porque querendo ou não como eu falei nunca tive muito contato com regiões, por exemplo, ribeirinhas, com pessoas que moram em roça, pessoal que mora em quilombo etc. nunca tive muito contato com isso. Mas querendo ou não com estas coisas do IF, principalmente coisas que envolvem um pouco mais de agroecologia, abre um pouco nossa visão para estas comunidades, pra mostrar que estas comunidades existem, pra falar inclusive sobre a questão de terras, questão de terras pra agricultura e pra subsistência, e qual que deve ser o certo, pra questão envolvendo a poluição, então querendo ou não, abre um pouco os meus olhos... (VERA, 19 anos, agropecuária).

Por outro lado, esses relatos nos apresentam uma questão relevante sobre como o espaço rural e as comunidades tradicionais são frequentemente invisibilizados no cotidiano de pessoas que residem em áreas urbanas e nos espaços escolares, onde prevalece o currículo escolar urbanocêntrico. Muitas vezes, desconhece-se a existência desses territórios, as vulnerabilidades enfrentadas, os direitos sociais negligenciados e as estratégias de sobrevivência ali desenvolvidas. Além disso, pouco se reconhecem as potencialidades que essas populações oferecem à cultura e à história da formação popular, sua dedicação e os desafios enfrentados na produção de alimentos – tanto para a comercialização quanto para a reprodução social –, bem como os cuidados com a preservação do ambiente e com a segurança alimentar.

Dessa maneira, compreendemos o papel fundamental das instituições de ensino na valorização e no cuidado com as comunidades tradicionais e rurais ao longo do processo educativo. A construção social pode ser fortalecida por meio de metodologias e práticas pedagógicas que reconheçam as particularidades dos sujeitos sociais, proporcionando um conhecimento amplo sobre a formação dos territórios de identidade e as realidades vivenciadas por seus habitantes. O propósito central é garantir direitos sociais e romper com estereótipos que excluem categorias sociais, por meio da desconstrução de ações e conceitos historicamente estabelecidos em uma sociedade marcada pela disseminação de valores coloniais e eurocêntricos.

Ao constataremos que a formação técnica em si não constituiu o principal motivo de ingresso da maioria dos estudantes nos cursos técnicos integrados ao ensino médio, tornou-se necessário compreender como, a partir da experiência vivida no IF Baiano, esses jovens passaram a perceber a possibilidade de atuação profissional nesse campo. O depoimento de Vera, transcrito a seguir, demonstra que a formação técnica pode, sim, configurar-se como uma alternativa concreta para a conquista de espaço no mundo do trabalho, ao afirmar que:

Eu acho que depende muito da minha situação, porque não é algo que eu penso assim: ah eu vou ser técnica, vou ser agrônoma etc., mas eu sei que eu posso utilizar muito bem o meu conhecimento e do meu certificado, o meu diploma, pra poder, por exemplo, me ajudar numa situação onde eu precise realmente de um emprego a depender da situação financeira, e eu acho que talvez como me interesse por assuntos mais específicos principalmente dessa parte da agroecologia. Se surgisse uma oportunidade que poxa, fizesse pensar pô, tem a ver com agroecologia, eu acho que talvez sim, eu enfrentaria. Não sei se seria algo que me fizesse sentir 100% realizada, mas só eu estando lá pra saber né, e talvez com o estágio, que vai ser uma

parte muito mais prática agora, atualmente, eu consiga ter essa visão 100% de que se eu enfrentaria ou não (VERA, 19 anos, agropecuária).

O depoimento da jovem demonstra que o ingresso no mercado de trabalho na área de formação do ensino técnico de nível médio aparece como uma estratégia secundária "... a depender da situação financeira", ou seja, da necessidade imperiosa de encontrar uma vaga de emprego. Contudo, ela demonstra interesse pela "... *parte da agroecologia*", sugerindo que a realização de estágios obrigatórios e não-obrigatórios é crucial para a aproximação dos jovens estudantes com o campo de atuação profissional, suas potencialidades e desafios concretos. Durante a pesquisa de campo, os jovens estudantes também apontaram para a necessidade de ampliação do leque de atividades que possam fortalecer o vínculo da juventude com o espaço rural e auxiliar o processo de aprendizagem profissional durante o curso, a exemplo do aumento da carga horária de aulas práticas, com ênfase em extensão e comunicação com as comunidades rurais e tradicionais da região.

Além disso, os estudantes expressaram interesse em conhecer outras realidades produtivas, explorando locais fora da Unidade Educativa de Campo do IFBaiano Valença. Entre as sugestões apresentadas pelos jovens entrevistados, destacam-se a construção de programas de voluntariado em comunidades rurais, a abordagem de temas como a legislação, a realização de oficinas sobre tecnologias agropecuárias, a realização de projetos de pesquisa, a participação em feiras e eventos e o desenvolvimento de estudos de caso, entre outras iniciativas. A seguir, apresentamos uma contextualização oferecida por um estudante, abordando possibilidades de atividades e sua experiência em algumas questões:

Acho que... incentivar a fazer projetos e não a criar carga horária de estágio seria melhor também, porque o estágio muita gente faz, e muitas vezes o estágio são mais "capengas", digamos assim, uma forma de dizer...só de alguma forma e contar o horário e faz um mini relatório assim. Mas eu sei que muita gente só tá fazendo pra cumprir a carga horária, não consegue se aproximar de nenhuma forma.

Eu acho que a gente devia ter mais aulas na fazenda, ... a gente querendo ou não tem uma abertura maior, uma disponibilidade maior de aprender, porque a gente tá vendo as coisas acontecerem. Eu mesmo, quando tenho aula na fazenda... com os animais pra mim é ótimo, eu fico maravilhado! E, eu acho que muita gente aprendeu mais em aulas na fazenda. Tipo, se a gente perguntar alguma coisa assim do leite, a gente teve uma aula prática sobre o leite. Eu acho que se a gente explorar mais aulas práticas a gente consegue um desenvolvimento melhor (BETO, 19 anos, agropecuária).

Na interação com esses jovens estudantes, observamos que, apesar da diversidade social em que estão inseridos, eles não foram afastados do ambiente escolar para ingressar precocemente no mundo do trabalho ou apenas para colaborar com os desafios sociais enfrentados por suas famílias. Pelo contrário, os estudantes demonstram propensão a concluir sua formação escolar no ensino médio, considerando diversas perspectivas de continuidade no itinerário formativo. Além disso, diante dos desdobramentos sociais, pretendem utilizar a formação integral adquirida no IF Baiano para construir suas trajetórias futuras.

Portanto, a formação técnica integrada ao ensino médio apresenta-se como uma alternativa para a continuidade da carreira acadêmica, o ingresso no mundo do trabalho, a conquista da independência financeira e a contribuição para a transformação social. Contudo, o mundo rural não se configura, no plano imediato, como campo efetivo de inserção profissional dos jovens estudantes dos cursos técnicos de Agropecuária e Agroecologia do IF Baiano – Campus Valença, mas sim como uma possibilidade remota, face às incertezas quanto à inserção no mundo do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que os resultados da investigação empírica, objeto de análise deste artigo, oferecem subsídios relevantes para refletir sobre o direito dos jovens, sobretudo dos jovens do campo, à educação e à formação profissional articulada à formação humanística, científica no Território do Baixo Sul da Bahia, no contexto de expansão e interiorização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

A chegada do IF Baiano no município de Valença, maior pólo educacional do território, ampliou significativamente as possibilidades de acesso dos jovens à educação profissional de nível técnico integrada ao ensino médio na rede pública federal, cuja oferta de cursos técnicos voltados para a questão agrária e ambiental se constitui como um campo fértil para formulação de perspectivas formativas que dialoguem com a realidade regional e com os movimentos sociais e sindicais do campo. Todavia, há desafios institucionais, políticos e pedagógicos a serem superados no que tange ao atendimento de pautas históricas dos sujeitos sociais que vivem em comunidades rurais, quilombolas, ribeirinhas, pesqueiras,

povos de terreiros, assentados de reforma agrária e indígenas dos municípios do Baixo Sul, principalmente no que se refere à garantia do direito dos jovens do campo, das águas e das florestas à educação profissional de nível técnico, gratuita, pública e socialmente referenciada.

Os dados do perfil dos estudantes do IF Baiano, campus Valença, indicam que apenas 5% são oriundos de comunidades rurais, o que reafirma a urgência de políticas educacionais direcionadas às juventudes do campo no território, cuja implementação efetiva engloba diversas dimensões e atores políticos para além dos muros do IF Baiano. No nosso entendimento, dentre as tarefas urgentes da ordem do dia, para viabilizar o acesso e a permanência de jovens de comunidades rurais e tradicionais, é imprescindível a interlocução entre instituições de ensino, movimentos sociais do campo e municípios, especialmente para assegurar o transporte escolar público e gratuito, viabilizando o deslocamento diário dos jovens de suas comunidades até os Institutos Federais sediados nas áreas urbanas dos municípios. A institucionalização de cursos voltados à área rural, a princípio, demonstra o reconhecimento da composição social, política e demográfica da região, mas isso, por si só, não é suficiente para transformar a oportunidade em realização no território.

O Baixo Sul da Bahia, historicamente marcado por profundas contradições sociais, econômicas, ambientais e educacionais, registra um elevado déficit de trabalho decente e a prevalência da precarização do trabalho, que atinge de modo desigual os jovens de 18 a 24 anos, que, na condição de recém-ingressos no mercado de trabalho, experienciam o trabalho precário, com baixa remuneração e elevada rotatividade nos setores do comércio e dos serviços. Destaca-se, ainda, o elevado percentual de jovens “sem direito ao trabalho”, ou seja, que estão à margem do mercado de trabalho e não fazem parte da população economicamente ativa, o que representa mais da metade dos jovens de 18 a 24 anos que vivem neste território de identidade.

A produção de expectativas juvenis está relacionada à realidade concreta e imediata do mundo do trabalho no Baixo Sul da Bahia, e o horizonte profissional tem como pano de fundo a necessidade de trabalhar, o que sempre exige a elaboração de estratégias para assegurar sua reprodução social enquanto força de trabalho juvenil, considerando formas múltiplas que se sobrepõem e podem se alternar entre a realização da expectativa e o que é

viável. De todo modo, a pesquisa evidencia que a continuidade dos estudos pode ampliar as probabilidades de inserção profissional qualificada no mercado de trabalho, ainda que a precarização seja a regra que predomina nas relações de trabalho. Os jovens demonstram que almejam o ensino superior e que miram estratégias para dar continuidade aos estudos, entretanto, sempre diante da perspectiva de manter-se, futuramente, no mundo do trabalho, ainda que não em exercício de suas formações específicas, o que dependerá - na visão dos colaboradores desta pesquisa - das oportunidades. Assim, cabe-nos interrogar se os processos educativos vivenciados pelos jovens estudantes do IF Baiano podem contribuir para sustentar expectativas juvenis de formação e trabalho e gerar mediações entre as consequências reais do capitalismo no espaço rural — indiretamente apontadas por eles por meio das baixas oportunidades de trabalho e/ou do desconhecimento multifacetado do território, especialmente a realidade do povo do campo — e as potencialidades também reais do território, nem sempre vistas às primeiras miradas.

Se a realidade social tem dimensões mais e menos visíveis e, o concreto emerge de processos socioculturais e econômicos complexos, nem sempre compreensíveis à primeira instância, a educação pode assumir um papel singular na mediação entre a realidade, a formação, a construção de ações (e projetos) de transformação e a geração de expectativas futuras. Uma vez que os jovens afirmam que precisam trabalhar, que o ensino superior é importante, mas também indicam aos seus processos de formação de que “precisam de mais projetos” (referindo-se às proposições pedagógicas na instituição escolar), mostram que percebem que a escola pode socializar e construir conhecimentos que importam para eles. Apontam que alguns projetos os levam a perceber e compreender melhor a realidade do território e o ‘fazer profissional’. À educação, estas percepções ainda que parciais, apontam a necessidade de metodologias participativas e de pedagogias que socializem saberes, práticas e realidades do território, indicando uma envergadura possível às práticas e planejamento pedagógicos. Entretanto, como já ressaltamos, a ausência de políticas públicas para os povos do campo, das águas e das florestas, atribui aos Institutos Federais, a exemplo do IFBaiano, um papel hercúleo como mediadores dessas demandas.

Neste cenário, a educação do campo se configura como espaço de construção de mediações possíveis entre a realidade e a transformação dessa realidade; de produção de novos imaginários para além do agronegócio; de ampliação da compreensão do território e

de sua historicidade, marcada pela tradição, pela racialidade e pelo projeto coletivo na e com a terra, engolidos, contemporaneamente, pelas ações culturais, econômicas e educativas do agronegócio. Ademais, o agronegócio sustenta um projeto educativo gerado pelas políticas de implantação de projetos turísticos e arranjos empresariais que folclorizam os espaços sociais, mercantiliza-os e, na ausência de políticas públicas para o campo, subtraem da ação cotidiana os projetos para/na terra de décadas anteriores. Ou seja, qualquer tergiversação sobre a pauta da necessidade da reforma agrária e da produção de políticas públicas também constitui um sério obstáculo à compreensão da questão agrária e da produção territorial coletiva.

Compreendemos que a educação do campo, objetivada nas experiências concretas de diversos atores e movimentos sociais do campo que lhe dão vida no território, tem o desafio histórico de fazer com que as experiências camponesas locais, suas práticas regionais e suas resistências (experiências negras, indígenas, camponesas, populares) estejam presentes no cotidiano e nas práticas curriculares e pedagógicas do Instituto Federal Baiano, campus Valença. Se os jovens não tiverem acesso a essas experiências, a educação profissional integrada ao ensino de nível médio deixa de cumprir seu papel na mediação das vivências humanas territoriais e, por conseguinte, sua missão formativa omnilateral, restringindo-se à dimensão instrumental e à reificação dos jovens estudantes, enquanto força de trabalho disponível à lógica do capital especulativo, imobiliário, neoextrativista e de turismo comercial predatórios dos recursos naturais presentes no Baixo Sul da Bahia.

As expectativas profissionais e as perspectivas de futuro dos jovens dependem, em alguma medida, da importância que o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da instituição federal atribui à articulação entre trabalho, formação profissional e educação, e como essa articulação se concretiza na prática pedagógica cotidiana. Trata-se, assim, do papel do ensino médio e do ensino superior na geração de oportunidades, de criticidade e de ação concreta no território.

A organização curricular dos cursos técnicos de nível médio fundamentada nos princípios da pedagogia da alternância (tempo escola e tempo comunidade, assume centralidade pedagógica nodal na construção de processos educativos em que os jovens estudantes reconheçam o campo como lugar de aprendizagens com os sujeitos do território e de

produção de conhecimento decorrentes do entrelaçamento de saberes científicos, tradicionais e comunitários forjados a partir das experiências e das demandas do “fazer-se” histórico das populações do campo, das águas e floresta do Baixo Sul da Bahia, cujo horizonte de futuro para as novas gerações lhe permita inventar outras formas de trabalho para além do uso predatório dos corpos juvenis e de sua força de trabalho por empresas e empreendimentos capitalistas que se instauraram na região.

Assim, os jovens das comunidades rurais e tradicionais, almejam que o direito à educação, ao trabalho e ao território se efetive de maneira plena, garantindo condições concretas de acesso e permanência à escola do/no campo, a efetivação do trabalho digno, o acesso à terra, e a participação ativa na construção de projetos coletivos para o desenvolvimento territorial justo e sustentável. Tal anseio evidencia a necessidade de políticas públicas integradas, de práticas pedagógicas contextualizadas e do fortalecimento do diálogo com os diferentes sujeitos sociais do campo, das águas, das florestas, tendo em vista a emancipação social e transformação das realidades históricas que marcam o Baixo Sul da Bahia.

Referências

ABRAMO, Helena Wendel. Mapas e caminhos de políticas públicas de juventude: qual é a bússola de reconstrução? In: **Políticas Públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Ação Educativa, 2024. Disponível em: <content/uploads/2024/04/MIOLO-FINAL-TEXTO-3-HELENA-ABRAMO-PP-Juv-2023.pdf>. Acesso em: 30 set. 2025.

ABRAMO, Helena Wendel. Uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In: FREITAS, Maria Virgínia de (org.). **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. 2 ed. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

ALENTEJANO, Paulo; CORDEIRO, Tássia; LINES, Roberta; SILVA, Leonam; LINHARES, Ingrid. A dupla ofensiva do agronegócio sobre a educação: fechamento de escolas e disputa político-ideológica. **Terra Livre**, [S. l.], v. 2, n. 57, p. 433–470, 2022. DOI: 10.62516/terra_livre.2021.2320. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/2320>. Acesso em: 30 jul. 2025.

ALVES, Suelma dos Reis Pereira; PASQUALLI, Roberta; SPESSATTO, Marizete Bortolanza. Juventude, educação profissional e interiorização: desafios e possibilidades. **Professare**, [s. l.], v. 10, n. 3, p. e2954-e2954, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/professare/article/view/2954>. Acesso em: 4 jun. 2025.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE AÇÕES INDIGENISTA (ANAI). **Tabelas**. Disponível em: <https://anaind.org.br/tabela/>. Acessado em 28 setembro de 2024.

BAHIA, **Perfil dos Territórios de Identidade** / Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. -- Salvador: SEI, 2016. 3 v. p. (Série territórios de identidade da Bahia, v. 2). Disponível em: https://sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/perfil_dos_territorios/territorio_identidade_volo2.pdf Acesso em 14 ago 2024.

BAHIA, Secretaria do Planejamento. **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável Solidário do Território Baixo Sul da Bahia**. Publicado em 2018. Disponível em: https://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/PTDSS_BAIXO_SUL.pdf Acesso em 14 ago 2024.

BALESTRIN, Nádia Luzia. A juventude e as jornadas agroecológicas. In: BRANDENBURG, Alfio. **Agroecologia e a reforma agrária popular**: um projeto ecológico das jornadas de agroecologia. São Paulo: Expressão Popular, 2022. p. 185-213.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A formulação das políticas públicas para a juventude rural no Brasil: atores e fluxos políticos nesse processo social**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2014. Disponível em: <https://rima.ufrrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/22222/1/2014%20-%20Sergio%20Botton%20Barcellos.pdf> Acesso em: 23 set 2025.

BARRETO, Simaia Santos. Fundo rotativo solidário e agroecologia: uma análise sobre o financiamento de práticas agroecológicas no Baixo Sul da Bahia. In: **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Brasília, n. 68, p. 45-59, 2020. Disponível em <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstreams/f8112a74-ad50-4869-adba-710994ab2c52/download> Acesso em 14 ago. 2024.

BONFIM, Johnathan da Silva. **Business Intelligence na gestão de dados acadêmicos para acompanhamento da situação acadêmica e perfil discente no IF Baiano, Campus Valença**. 2023. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, Campus Catu, 2023. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/742628> Acesso em 25 set 2024.

BONFIM, Rosana Andrade; VELLOSO, Tatiana Ribeiro. Inclusão socioproductiva de mulheres rurais de Valença. In: VELLOSO, Tatiana Ribeiro; ANJOS, Eliene Gomes dos. (Org.). **Mulheres rurais na Bahia**: lutas e conquistas. 1ed. Cruz das Almas: EDUFRB, 2022, v. 1, p. 223-240

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Organização de Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.

BRANDÃO Jefferson Duarte (Tata Sabode); JESUS, Barbara Sandra Ramos de; PAIXÃO, Tércio Jorge Nascimento. **Educação do campo, agroecologia e território: experiências e desafios no Baixo Sul da Bahia.** In: EPIFANIA, Anderson Gomes; PEDROSA, Célia Maria; BORSOI, Diogo Fonseca; BARCELOS, Eduardo Álvares da Silva (org.). **Território, Cultura e (des) envolvimento: no Baixo Sul da Bahia.** - 1. ed. - Curitiba: Appris, 2021, p 97- 110. disponível em: <https://ifbaiano.edu.br/portal/extensao/wp-content/uploads/sites/4/2021/07/Territorio-Cultura-e-Desenvolvimento-no-Baixo-Sul-da-Bahia.pdf> Acesso em 14 ago. 2024

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 4 jun. 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego; SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE. **Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude.** Brasília: MTE/SG-PR, 2010. Disponível em: <Texto da Agenda Nacional do Trabalho Decente para a Juventude>. Acesso em: 3 ago. 2024. BRASIL. **Decreto nº 8.736, de 3 de maio de 2016.** Institui o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 4 maio 2016. Disponível em: [Planalto](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2016-2018/2016/Decreto/D8736.htm). Acesso em: 01 mar. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Painel de Monitoramento do PNE.** Brasília: Inep, 2025. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiNWVmODFmZjUtYTRjYyooZTgzLTk4YTMtOWU5MTAoZGJhM2I3IiwidCI6IjIzIjczODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzcoMzRiZiJ9> . Acesso em: 01 mar. 2026

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Plataforma Nilo Peçanha (PNP): Ano Base 2025.** Brasília: MEC/SETEC, 2026. Disponível em: [Plataforma Nilo Peçanha](https://www.mec.gov.br/pnp). Acesso em: 12 jun. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Novo Painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica.** Brasília, DF: Inep, 2026. Base de dados em plataforma Power BI com dados do Censo Escolar 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/estatisticas-censo-escolar>. Acesso em: 30 mar 2026

BRITO, Fabrício Ribeiro Caires. **O trabalho como princípio educativo na Escola Luana Carvalho.** Dissertação (Mestrado Profissional em Educação do Campo), Pós-Graduação em Educação do Campo, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Amargosa, BA, 2023. Disponível em: <https://www1.ufrb.edu.br/ppgeducampo/docs/category/28-turma-2020?download=185:fabricao-ribeiro-caires-brito> Aceso em 14 ago 2024

CALDART, Roseli Salete. **Sobre as tarefas educativas da escola e a atualidade.** São Paulo: Outras Expressões, 2023.

CALDART, Roseli. S. Educação do Campo 25 anos: legado político-pedagógico. **Revista Cocar**, n. 33, p. 1-15, 2024. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/9788> Acesso em 10 mar 2026

CAVALCANTE, Júlia Carla Duarte. Conflitos trabalhistas e superexploração do trabalho rural no capitalismo dependente brasileiro: um levantamento das greves e ações de resistência no campo entre 2000 e 2022. **Revista NERA**, v. 28, n. 2, e10835, abr.-jun., 2025. <https://doi.org/10.1590/1806-675520252810835>. Acesso em 10 ago 2024.

CAVALCANTE, Ludmila Oliveira Holanda; SILVA, Fábio Dantas de Souza; ABREU, Luciane Ferreira de. Campo, cidade, escola e profissão: jovens estudantes do curso Técnico em Agropecuária no Ensino Médio Subsequente. **Diversitas Journal**, [S. l.], v. 4, n. 3, p. 893–913, 2019. DOI: <https://doi.org/10.17648/diversitas-journal-v4i3.913>. Acesso em: 6 mar. 2026.

CARMO, Mayara Santiago do; BARBOSA, Viviane de Jesus; JAEGERMANN, Zuzanna. Escola Luana de Carvalho: educação e agroecologia no Baixo Sul da Bahia. In: EPIFANIA, Anderson Gomes; PEDROSA, Célia Maria; BORSOI, Diogo Fonseca; BARCELOS, Eduardo Álvares da Silva (org.). **Território, Cultura e (des) envolvimento: no Baixo Sul da Bahia**. - Curitiba: Appris, 2021, p 297- 317. Disponível em: <https://ifbaiano.edu.br/portal/extensao/wp-content/uploads/sites/4/2021/07/Territorio-Cultura-e-Desenvolvimento-no-Baixo-Sul-da-Bahia.pdf>. Acesso em 14 ago. 2024.

CASTRO, Elisa Guaraná de. **Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**. 2005. 427 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.bdae.org.br/dspace/bitstream/123456789/1624/1/tese.pdf>. Acesso em: 23 set. 2025.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DOM TOMÁS BALDUÍNO. **Conflitos no campo: Brasil 2024**. Goiânia: CPT Nacional, 2025 CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino médio Integrado. In: CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2012. p. 305-315.

CORDEIRO, Tássia Gabriele Balbi de Figueiredo e. **A hegemonia do agronegócio do campo à educação: coerção e consenso na ofensiva contra a luta por terra e por Educação do Campo**. 2022. 421 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) - Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

CORROCHANO, Maria Carla. Um trabalho com sentido e com direitos: considerações para a (re) construção de políticas públicas de trabalho para jovens no Brasil. In: **Políticas Públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Ação Educativa, 2024. Disponível em: content/uploads/2024/04/MIOLO-FINAL-TEXTO-3-HELENA-ABRAMO-PP-Juv-2023.pdf. Acesso em: 30 set. 2025.

DAYRELL, Juarez. Jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, [s. l.], n. 24, set./out./nov./dez. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/zsHS7SvbPxKYmvcXggwSDty/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 4 jun. 2025.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE Brasil). **Nem-nem ou sem-sem? Jovens querem trabalhar, mas não têm oportunidades no mercado**. Boletim Emprego em Pauta, São Paulo, n. 27, set. 2024. Disponível em: [DIEESE](#). Acesso em: 30 jul. 2026

DULCE, Luiza; MACEDO, Severini. Quando a juventude torna-se agenda governamental: reconhecimento político e direito a ter direitos nos governos Lula e Dilma. In: MARTIN, Laura; VITAGLIANO, Luís Fernando (org.). **Juventude no Brasil** [livro eletrônico]. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2019/05/17-Juventude-Final.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2026.

EPIFANIA, Anderson Gomes; PEDROSA, Célia Maria; BORSOI, Diogo Fonseca; BARCELOS, Eduardo Álvares da Silva (org.). **Território, Cultura e (des) envolvimento: no Baixo Sul da Bahia**. Curitiba: Appris, 2021. Disponível em: <https://ifbaiano.edu.br/portal/extensao/wp-content/uploads/sites/4/2021/07/Territorio-Cultura-e-Desenvolvimento-no-Baixo-Sul-da-Bahia.pdf>. Acesso em 14 ago. 2024

FREITAS, Hélen. Agronegócio financia lobby para patrulhar livros didáticos. **Repórter Brasil**, 30 out. 2024. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2024/10/agronegocio-lobby-livros-didaticos/>. Acesso em: 10 out 2025

FREITAS, Luiz Carlos de. **A Reforma Empresarial da Educação: nova direita, velhas ideias**. 1. ed, São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação Onmilateral. In: CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2012. p. 267-274.

GAWRYSZEWSKI, Bruno *et al.* A Formação da classe trabalhadora. In: LEHER, Roberto. **Educação no Governo Bolsonaro**. São Paulo: Expressão Popular, 2023. p. 77- 98.

GROPPO, Luís Antonio. **Introdução à Sociologia da Juventude**. Paco Editorial. 2017

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022 – resultados do universo População e Situação do Domicílio. Rio de Janeiro: IBGE, 2023a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9923>. Acesso em: 14 ago. 2024

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022- resultados amostra Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2023b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/amostra-trabalho-e-rendimento>. Acesso em: 14 ago. 2024

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022 – resultados a mostra Educação. Rio de Janeiro: IBGE, 2023c. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/amostra-educacao> . Acesso em: 14 ago. 2024

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios Contínua**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/17270-pnad-continua.html>. Acesso em: 4 jun. 2025.

JESUS, Micheline Santos de. **Juventude, Educação e Formação Profissional – Partilhando Saberes nas Unidades Educativas de Campo do IF Baiano Valença**, 2025. Dissertação (Mestrado em Educação do Campo), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo, Amargosa, 2025. Disponível em: <https://www1.ufrb.edu.br/ppgeducampo/docs/category/36-turma-2023?download=228:micheline-santos-de-jesus>. Acesso em: 01 mar 2026.

MARTINS, Leonardo Rauta. Juventude rural no Brasil: referência para debate. **Revista Estudos, Sociedade e Agricultura**, [s. l.], v. 29, n. 1, p. 94-112, maio 2021. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa29-1_07_juventude/esa291_07_pdf. Acesso em: 4 jun. 2025.

MILLIORIN, S. A.; DA SILVA, M. R. Mundo do trabalho, políticas educacionais e o direito à educação: o Ensino Médio Integrado nos Institutos Federais. **Retratos da Escola**, [s. l.], v. 14, n. 30, p. 656-668, 2021. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1222>. Acesso em: 29 jun. 2024.

NOVAES, Regina; RIBEIRO, E.; MACEDO, S. C. Políticas Públicas de Juventude? Anotações sobre processos, aprendizados e desafios. In: Victor Hugo Nedel Oliveira. (Org.). **Debates sobre juventudes**. 1ed. Rio Grande do Sul: GEPJUVE, 2023, v. 1, p. 17-47.

NOVAES, Regina. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; EUGENIO, Fernanda (org.). **Culturas jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2006.

OLIVEIRA, Luiz Paulo Jesus de. **Filhos da precarização social do trabalho no Brasil**: um estudo de caso sobre a juventude trabalhadora nos anos 2000. 2013. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=838743. Acesso em: 4 jun. 2025.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Trabalho decente nas Américas: uma agenda hemisférica, 2006-2015**. Informe do Diretor Geral. In: 16ª Reunião Regional Americana. Brasília: OIT, maio 2006. Disponível em: https://www.ilo.org/sites/default/files/wcmsp5/groups/public/%4oamericas/%4oro-lima/%4oilo-brasilia/documents/publication/wcms_226226.pdf . Acesso em: 30 jul. 2024.

PORTO, José Renato Sant'Anna. Educação do campo, agroecologia e território: experiências e desafios no Baixo Sul da Bahia. In: EPIFANIA, Anderson Gomes; PEDROSA, Célia Maria; BORSOI, Diogo Fonseca; BARCELOS, Eduardo Álvares da Silva (org.). **Território, Cultura e (des) envolvimento: no Baixo Sul da Bahia**. - 1. ed. - Curitiba: Appris, 2021, p 27- 47. Disponível em: <https://ifbaiano.edu.br/portal/extensao/wp-content/uploads/sites/4/2021/07/Territorio-Cultura-e-Desenvolvimento-no-Baixo-Sul-da-Bahia.pdf>. Acesso em 14 ago. 2024

PORTO, José Renato Sant'Anna. **Poder e território no Baixo Sul da Bahia**: os discursos e os arranjos políticos de desenvolvimento. 2016. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2016. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFRRJ-1_7137c9e47c94d1a8dde6d4f1c0682558 Acesso em: 30 jul. 2026. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFRRJ-1_7137c9e47c94d1a8dde6d4f1c0682558

RIOS, Roseane Oliveira. Fundação Odebrecht: estratégias do capital na educação. In: EPIFANIA, Anderson Gomes; PEDROSA, Célia Maria; BORSOI, Diogo Fonseca; BARCELOS, Eduardo Álvares da Silva (org.). **Território, Cultura e (des) envolvimento: no Baixo Sul da Bahia**. - 1. ed. - Curitiba: Appris, 2021, p 205- 225. Disponível em: <https://ifbaiano.edu.br/portal/extensao/wp-content/uploads/sites/4/2021/07/Territorio-Cultura-e-Desenvolvimento-no-Baixo-Sul-da-Bahia.pdf> Acesso em 14 ago. 2024

SILVA, Cleibson dos Santos; MONTEIRO, Denis; ARAÚJO, Alexandre Eduardo de. Juventudes da Agricultura Familiar Camponesa: análise socioeconômica e ecológica no Território da Borborema (Paraíba, Brasil). **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 28, n. 3, e10667, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-675520252810667> Acesso em 03 mar 2026.

SOUZA, Adriana Aparecida de; MOURA, Dante Henrique. Política para juventude: o acesso à educação profissional entre a inclusão e a exclusão da cidadania. In: SOUZA, Adriana Aparecida de; SANTOS, Anderson Christopher dos; MOURA, Dante Henrique (org.). **Políticas de acesso à educação e ao trabalho para a juventude brasileira**. João Pessoa: Editora IFPB, 2020. p. 28-50. Disponível em: <http://editora.ifpb.edu.br/index.php/ifpb/catalog/book/363>. Acesso em: 17 abr. 2024.

SOUZA, Aparecida Neri de; BORDIGNON, Liliane. Relações entre juventudes, educação e trabalho no Brasil. **Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades**, Salvador, BA, Brasil, v. 49, n. 263, p. 607–628, 2024. DOI: 10.25247/2447-861X.2024.n263.p607-628. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/1350>. Acesso em: 30 jul. 2024.

VALADARES, Alexandre Arbex; FERREIRA, Brancolina; LAMBAIS, Guilherme Berse; MARTINS, Leonardo Rauta; GALIZA, Marcelo. Os significados da permanência no campo: vozes da juventude rural organizada. In: SILVA, Enid Rocha Andrade da; BOTELHO, Rosana Ulhôa (Org.). **Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2016. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=27571. Acesso em: 05 fev. 2025.

Dados de autoria

Micheline Santos de Jesus

Mestra em Educação do Campo pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Graduada em Administração de Empresas. Servidora Técnica em Agropecuária do Instituto Federal Baiano – Valença. E-mail: michelineo710@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4376-8680>.

Luiz Paulo Oliveira

Doutor em Ciências Sociais – UFBA. Professor Associado, Centro de Humanidades, Artes e Letras (CAHL), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Campus de Cachoeira/Ba. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo, do Centro de Formação de Professores (CFP) da UFRB. Pesquisador Associado ao Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades (CRH/UFBA). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Juventude (GEPJUV/CNPq). Tem experiência de pesquisa nas áreas temáticas sobre juventude e precarização do trabalho, juventude e educação; trabalho e educação do campo e formação de professores de sociologia na educação básica. E-mail: luzpaulo@ufrb.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3726-1939>.

Ana Cristina Nascimento Givigi

Professora Associada IV da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), no Centro de Formação de Professores (CFP). Vice-Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo (PPGEDUCAMPO/UFRB). Vice-Coordenadora do Fórum Nacional de Coordenadores de Pós-Graduação em Educação (FORPRED/ANPED). Professora do Programa em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (UFBA). Possui graduação em comunicação pela Universidade Federal do Espírito Santo (1989), Mestrado em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (1997), doutorado em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (2009) e Pós-Doutorado pela Universidade Federal da Bahia vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM) (2019). E-mail: kikigivigi@ufrb.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7036-0499>.